Canoas (RS), 19 de julho de 2023.

Senhora

Michele Emília Griesang

Coordenador Administrativo e Previdenciário – FPS

Teutônia – RS

Ref.: Parecer 2023.07.01 – Impacto Atuarial FPS – Reforma da Previdência

Prezada Senhora,

Versa o presente parecer acerca da consulta formulada pelo **MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA**, por meio de e-mail datado de 18/07/2023, solicitando um Parecer Técnico Atuarial que demonstrasse o impacto decorrente dos projetos de lei em desenvolvimento para serem encaminhados ao Poder Legislativo relativos à Reforma da Previdência local, para o **FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA (RS) – FPS**, que visa absorver parte das regras previstas pela Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019 para os novos servidores ativos, com a alteração das regras de aposentadoria permanente e manutenção das regras de transição já existentes, e alteração das regras de pensão por morte conforme o novo mandamento constitucional, para todos os atuais e futuros segurados.

Conforme restou apurado no Relatório de Avaliação Atuarial 2023 do FPS, o resultado apurado, foi de um déficit atuarial de R$ 75.201.842,38. Para o equacionamento do déficit atuarial apurado, em um prazo de 33 anos, haveria a necessidade de cobrança de contribuição suplementar patronal por meio de alíquotas suplementares de 9,54% a partir do exercício de 2024.

Por sua vez, considerando o cenário das novas regras aprovadas, o resultado apurado passaria para um déficit atuarial de R$ 60.137.279,16, representando uma diferença a menor, a título de gastos previdenciários futuros, a serem despendidos pelo erário, equivalente a **R$ 15.064.563,22** que será percebida no transcorrer dos anos vindouros, uma que vez que haverá uma maior restrição de acesso aos benefícios de pensão por morte, em razão da alteração critérios de cálculo.

TABELA 1. RESULTADOS – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO

Resultados	Cenário Oficial	Cenário Reforma
Ativos Garantidores dos Compromissos (1)	**R$ 73.468.808,25**	**R$ 73.468.808,25**
Aplicações e Recursos – DAIR	R$ 73.468.808,25	R$ 73.468.808,25
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R$ 0,00	R$ 0,00
Provisão Matemática (2 = 3 + 4)	**R$ 148.670.650,63**	**R$ 133.606.087,41**
Benefícios Concedidos (3)	R$ 37.283.106,34	R$ 35.931.130,01
Benefícios a Conceder (4)	R$ 111.387.544,29	R$ 97.674.957,40
Resultado Atuarial (5 = 1 - 2)	**- R$ 75.201.842,38**	**- R$ 60.137.279,16**
Diferença		**+ R$ 15.064.563,22**

Por fim, com relação ao plano de custeio a constar em lei, depreende-se a **manutenção da alíquota de custeio normal patronal**, conforme apresentado a seguir.

TABELA 2. Alíquotas de custeio normal a constarem em lei

Categorias	Valor anual da base de cálculo	Alíquota normal calculada (%)	Contribuição esperada
Ente Federativo – Total	R$ 38.432.153,89	15,00%	R$ 5.764.823,08
Segurados Ativos	R$ 38.432.153,89	14,00%	R$ 5.380.501,54
Aposentados*	R$ 466.286,08	14,00%	R$ 65.280,05
Pensionistas*	R$ 0,00	14,00%	R$ 0,00
Total	**---**	**29,00%**	**R$ 11.210.604,68**

* Previsão de incidência da alíquota de contribuição sobre a parcela do benefício que excede R$ 7.087,22 (teto do RGPS).

Considerando o cenário de reforma da previdência municipal aprovado em lei, ainda restaria a situação de um déficit atuarial remanescente apurado de R$ 60.137.279,16, de modo que as medidas aprovadas não foram suficientes para sanear a insuficiência apurada integralmente, o que não atende, inclusive, às disposições da Portaria nº 1.467/2022 em relação à matéria e demanda, portanto, o estabelecimento de um plano de equacionamento do déficit atuarial, para fins de integralização do valor ao longo do tempo.

Desta forma, apresentamos, a seguir, as tabelas que contemplam a sugestão de plano de equacionamento prevendo uma sequência de pagamento mínimo dos juros do déficit atuarial a contar do exercício de 2025, considerando o prazo até o exercício de 2065, caso o Município se manifeste alegando que a Reforma a ser proposta atenderia ao disposto no artigo 164 da Portaria nº 1.467/2022, estando as demais questões também já em consonância com as recentes disposições dessa Portaria.

Outrossim, cabe a importante ressalva da restrição à necessidade de que os pagamentos realizados para o equacionamento do déficit atuarial por meio de aportes, atendam à periodicidade mensal, conforme preceitua o inciso I do artigo 55 da Portaria nº 1.467/20221.

Além disso, a adoção do plano de amortização por aportes está condicionada à algumas exigências dispostas pela Portaria nº 3.803/20222, que estabelece dentre outras condições, que os recursos provenientes dos aportes sejam controlados separadamente dos demais recursos e permaneçam aplicados em conformidade com as normas vigentes, no mínimo, por 5 anos.

---

[1] Portaria nº 1.467/2022: *"Art. 55. No caso de a avaliação atuarial apurar déficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento, que poderão consistir em:*
I - plano de amortização com contribuições suplementares, na forma de alíquotas ou ***aportes mensais*** *com valores preestabelecidos."* (Grifo nosso!)

[2] Portaria nº 3.803/2022: "*Art. 55 (...)*
§ 8º Os aportes de que trata o inciso I do caput, estabelecidos conforme normas de classificações orçamentárias da receita e da despesa com a finalidade de tratamento fiscal específico, deverão atender às seguintes condições:
I - utilização dos recursos deles decorrentes somente para o pagamento de benefícios previdenciários dos segurados e beneficiário vinculados ao Fundo em Capitalização de que trata o art. 58;
II - gestão e controle pela unidade gestora do RPPS de forma segregada dos demais recursos previdenciários, de forma a evidenciar a vinculação para qual foram instituídos; e
III - aplicação no mercado financeiro e de capitais em conformidade com as regras estabelecidas pelo Conselho Nacional Monetário - CMN por, no mínimo, 5 (cinco) anos, a contar da data do respectivo repasse à unidade gestora." (NR)"

Para tanto, apresentamos as duas primeiras alternativas que contemplam a manutenção do custo patronal suplementar para os primeiros exercícios, conforme segue:

CENÁRIO 1 – Prazo 2065 anos – alíquotas suplementares

TABELA 3. PRAZO 2065 – ALÍQUOTAS

Ano	Saldo devedor	Juros	Parcela	Alíquota	Base de incidência
2023	R$ 60.137.279,16	R$ 3.060.987,51	R$ 2.647.223,03	**6,50%**	R$ 40.726.508,15
2024	R$ 60.551.043,64	R$ 3.082.048,12	R$ 2.900.995,96	**7,00%**	R$ 41.442.799,41
2025	R$ 60.732.095,80	R$ 3.091.263,68	R$ 3.120.704,96	**7,40%**	R$ 42.171.688,68
2026	R$ 60.702.654,51	R$ 3.089.765,11	R$ 3.119.804,00	**7,27%**	R$ 42.913.397,55
2027	R$ 60.672.615,63	R$ 3.088.236,14	R$ 3.117.906,01	**7,14%**	R$ 43.668.151,46
2028	R$ 60.642.945,75	R$ 3.086.725,94	R$ 3.114.976,21	**7,01%**	R$ 44.436.179,87
2029	R$ 60.614.695,48	R$ 3.085.288,00	R$ 3.115.500,65	**6,89%**	R$ 45.217.716,24
2030	R$ 60.584.482,83	R$ 3.083.750,18	R$ 3.110.478,67	**6,76%**	R$ 46.012.998,14
2031	R$ 60.557.754,33	R$ 3.082.389,70	R$ 3.108.998,55	**6,64%**	R$ 46.822.267,34
2032	R$ 60.531.145,48	R$ 3.081.035,30	R$ 3.111.268,77	**6,53%**	R$ 47.645.769,83
2033	R$ 60.500.912,01	R$ 3.079.496,42	R$ 3.107.808,76	**6,41%**	R$ 48.483.755,95
2034	R$ 60.472.599,68	R$ 3.078.055,32	R$ 3.127.932,86	**6,34%**	R$ 49.336.480,43
2035	R$ 60.422.722,14	R$ 3.075.516,56	R$ 3.182.946,44	**6,34%**	R$ 50.204.202,50
2036	R$ 60.315.292,26	R$ 3.070.048,38	R$ 3.238.927,59	**6,34%**	R$ 51.087.185,92
2037	R$ 60.146.413,05	R$ 3.061.452,42	R$ 3.295.893,32	**6,34%**	R$ 51.985.699,11
2038	R$ 59.911.972,15	R$ 3.049.519,38	R$ 3.353.860,96	**6,34%**	R$ 52.900.015,20
2039	R$ 59.607.630,57	R$ 3.034.028,40	R$ 3.412.848,13	**6,34%**	R$ 53.830.412,14
2040	R$ 59.228.810,83	R$ 3.014.746,47	R$ 3.478.350,47	**6,35%**	R$ 54.777.172,76
2041	R$ 58.765.206,83	R$ 2.991.149,03	R$ 3.539.527,14	**6,35%**	R$ 55.740.584,84
2042	R$ 58.216.828,72	R$ 2.963.236,58	R$ 3.601.779,77	**6,35%**	R$ 56.720.941,26
2043	R$ 57.578.285,53	R$ 2.930.734,73	R$ 3.665.127,29	**6,35%**	R$ 57.718.540,03
2044	R$ 56.843.892,98	R$ 2.893.354,15	R$ 3.729.588,96	**6,35%**	R$ 58.733.684,41
2045	R$ 56.007.658,17	R$ 2.850.789,80	R$ 3.795.184,37	**6,35%**	R$ 59.766.682,98
2046	R$ 55.063.263,60	R$ 2.802.720,12	R$ 3.861.933,46	**6,35%**	R$ 60.817.849,77
2047	R$ 54.004.050,26	R$ 2.748.806,16	R$ 3.929.856,52	**6,35%**	R$ 61.887.504,31
2048	R$ 52.822.999,89	R$ 2.688.690,69	R$ 3.998.974,21	**6,35%**	R$ 62.975.971,76
2049	R$ 51.512.716,38	R$ 2.621.997,26	R$ 4.069.307,52	**6,35%**	R$ 64.083.583,00
2050	R$ 50.065.406,12	R$ 2.548.329,17	R$ 4.140.877,84	**6,35%**	R$ 65.210.674,72
2051	R$ 48.472.857,45	R$ 2.467.268,44	R$ 4.213.706,94	**6,35%**	R$ 66.357.589,56
2052	R$ 46.726.418,96	R$ 2.378.374,72	R$ 4.287.816,94	**6,35%**	R$ 67.524.676,15
2053	R$ 44.816.976,75	R$ 2.281.184,12	R$ 4.363.230,37	**6,35%**	R$ 68.712.289,27
2054	R$ 42.734.930,50	R$ 2.175.207,96	R$ 4.439.970,16	**6,35%**	R$ 69.920.789,93
2055	R$ 40.470.168,30	R$ 2.059.931,57	R$ 4.518.059,64	**6,35%**	R$ 71.150.545,51
2056	R$ 38.012.040,22	R$ 1.934.812,85	R$ 4.597.522,54	**6,35%**	R$ 72.401.929,84
2057	R$ 35.349.330,53	R$ 1.799.280,92	R$ 4.678.383,03	**6,35%**	R$ 73.675.323,31
2058	R$ 32.470.228,42	R$ 1.652.734,63	R$ 4.760.665,68	**6,35%**	R$ 74.971.113,02
2059	R$ 29.362.297,37	R$ 1.494.540,94	R$ 4.844.395,50	**6,35%**	R$ 76.289.692,87
2060	R$ 26.012.442,81	R$ 1.324.033,34	R$ 4.929.597,94	**6,35%**	R$ 77.631.463,69
2061	R$ 22.406.878,20	R$ 1.140.510,10	R$ 5.016.298,92	**6,35%**	R$ 78.996.833,36
2062	R$ 18.531.089,38	R$ 943.232,45	R$ 5.104.524,78	**6,35%**	R$ 80.386.216,93
2063	R$ 14.369.797,06	R$ 731.422,67	R$ 5.194.302,33	**6,35%**	R$ 81.800.036,76
2064	R$ 9.906.917,39	R$ 504.262,10	R$ 5.285.658,89	**6,35%**	R$ 83.238.722,62
2065	R$ 5.125.520,60	R$ 260.889,00	R$ 5.386.409,60	**6,36%**	R$ 84.702.711,85
2066	R$ 0,00				

CENÁRIO 2 – Prazo 2065 anos – aportes mensais

TABELA 4. PRAZO 2065 – APORTES

Ano	Saldo devedor	Juros	Parcela anual	Parcela anual sobre a folha*	Parcela mensal (Aporte)
2023	R$ 60.137.279,16	R$ 3.060.987,51	R$ 2.647.223,03	*6,50%*	**R$ 220.601,92**
2024	R$ 60.551.043,64	R$ 3.082.048,12	R$ 2.900.995,96	*7,00%*	**R$ 241.749,66**
2025	R$ 60.732.095,80	R$ 3.091.263,68	R$ 3.555.677,69	*8,43%*	**R$ 296.306,47**
2026	R$ 60.267.681,79	R$ 3.067.625,00	R$ 3.555.677,69	*8,29%*	**R$ 296.306,47**
2027	R$ 59.779.629,11	R$ 3.042.783,12	R$ 3.555.677,69	*8,14%*	**R$ 296.306,47**
2028	R$ 59.266.734,54	R$ 3.016.676,79	R$ 3.555.677,69	*8,00%*	**R$ 296.306,47**
2029	R$ 58.727.733,64	R$ 2.989.241,64	R$ 3.555.677,69	*7,86%*	**R$ 296.306,47**
2030	R$ 58.161.297,60	R$ 2.960.410,05	R$ 3.555.677,69	*7,73%*	**R$ 296.306,47**
2031	R$ 57.566.029,96	R$ 2.930.110,93	R$ 3.555.677,69	*7,59%*	**R$ 296.306,47**
2032	R$ 56.940.463,20	R$ 2.898.269,58	R$ 3.555.677,69	*7,46%*	**R$ 296.306,47**
2033	R$ 56.283.055,09	R$ 2.864.807,50	R$ 3.555.677,69	*7,33%*	**R$ 296.306,47**
2034	R$ 55.592.184,91	R$ 2.829.642,21	R$ 3.555.677,69	*7,21%*	**R$ 296.306,47**
2035	R$ 54.866.149,43	R$ 2.792.687,01	R$ 3.555.677,69	*7,08%*	**R$ 296.306,47**
2036	R$ 54.103.158,75	R$ 2.753.850,78	R$ 3.555.677,69	*6,96%*	**R$ 296.306,47**
2037	R$ 53.301.331,85	R$ 2.713.037,79	R$ 3.555.677,69	*6,84%*	**R$ 296.306,47**
2038	R$ 52.458.691,95	R$ 2.670.147,42	R$ 3.555.677,69	*6,72%*	**R$ 296.306,47**
2039	R$ 51.573.161,69	R$ 2.625.073,93	R$ 3.555.677,69	*6,61%*	**R$ 296.306,47**
2040	R$ 50.642.557,93	R$ 2.577.706,20	R$ 3.555.677,69	*6,49%*	**R$ 296.306,47**
2041	R$ 49.664.586,44	R$ 2.527.927,45	R$ 3.555.677,69	*6,38%*	**R$ 296.306,47**
2042	R$ 48.636.836,21	R$ 2.475.614,96	R$ 3.555.677,69	*6,27%*	**R$ 296.306,47**
2043	R$ 47.556.773,48	R$ 2.420.639,77	R$ 3.555.677,69	*6,16%*	**R$ 296.306,47**
2044	R$ 46.421.735,57	R$ 2.362.866,34	R$ 3.555.677,69	*6,05%*	**R$ 296.306,47**
2045	R$ 45.228.924,22	R$ 2.302.152,24	R$ 3.555.677,69	*5,95%*	**R$ 296.306,47**
2046	R$ 43.975.398,78	R$ 2.238.347,80	R$ 3.555.677,69	*5,85%*	**R$ 296.306,47**
2047	R$ 42.658.068,89	R$ 2.171.295,71	R$ 3.555.677,69	*5,75%*	**R$ 296.306,47**
2048	R$ 41.273.686,91	R$ 2.100.830,66	R$ 3.555.677,69	*5,65%*	**R$ 296.306,47**
2049	R$ 39.818.839,88	R$ 2.026.778,95	R$ 3.555.677,69	*5,55%*	**R$ 296.306,47**
2050	R$ 38.289.941,15	R$ 1.948.958,00	R$ 3.555.677,69	*5,45%*	**R$ 296.306,47**
2051	R$ 36.683.221,47	R$ 1.867.175,97	R$ 3.555.677,69	*5,36%*	**R$ 296.306,47**
2052	R$ 34.994.719,75	R$ 1.781.231,24	R$ 3.555.677,69	*5,27%*	**R$ 296.306,47**
2053	R$ 33.220.273,30	R$ 1.690.911,91	R$ 3.555.677,69	*5,17%*	**R$ 296.306,47**
2054	R$ 31.355.507,53	R$ 1.595.995,33	R$ 3.555.677,69	*5,09%*	**R$ 296.306,47**
2055	R$ 29.395.825,17	R$ 1.496.247,50	R$ 3.555.677,69	*5,00%*	**R$ 296.306,47**
2056	R$ 27.336.394,99	R$ 1.391.422,50	R$ 3.555.677,69	*4,91%*	**R$ 296.306,47**
2057	R$ 25.172.139,81	R$ 1.281.261,92	R$ 3.555.677,69	*4,83%*	**R$ 296.306,47**
2058	R$ 22.897.724,04	R$ 1.165.494,15	R$ 3.555.677,69	*4,74%*	**R$ 296.306,47**
2059	R$ 20.507.540,50	R$ 1.043.833,81	R$ 3.555.677,69	*4,66%*	**R$ 296.306,47**
2060	R$ 17.995.696,63	R$ 915.980,96	R$ 3.555.677,69	*4,58%*	**R$ 296.306,47**
2061	R$ 15.355.999,90	R$ 781.620,39	R$ 3.555.677,69	*4,50%*	**R$ 296.306,47**
2062	R$ 12.581.942,61	R$ 640.420,88	R$ 3.555.677,69	*4,42%*	**R$ 296.306,47**
2063	R$ 9.666.685,80	R$ 492.034,31	R$ 3.555.677,69	*4,35%*	**R$ 296.306,47**
2064	R$ 6.603.042,42	R$ 336.094,86	R$ 3.555.677,69	*4,27%*	**R$ 296.306,47**
2065	R$ 3.383.459,59	R$ 172.218,09	R$ 3.555.677,69	*4,20%*	**R$ 296.306,47**
2066	R$ 0,00				

* Apresenta a representatividade em percentual sobre a folha de remuneração de contribuição dos ativos em cada exercício, reiterando-se que trata de alternativa de aportes periódicos mensais, e não de alíquotas suplementares, sendo não recomendada a inclusão desta coluna em eventual projeto de lei de equacionamento do déficit atuarial.

Para fins de pagamento por meio de aportes periódicos, o déficit atuarial foi distribuído de acordo com a proporção da folha de pagamento gerada pelos seguintes órgãos/autarquias do Município de TEUTÔNIA (RS):

TABELA 5. Distribuição do déficit atuarial

Órgão/Autarquia	Folha de pagamento	Proporção da folha de pagamento
MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA	R$ 3.070.525,22	99,74%
CÂMARA MUNICIPAL DE TEUTÔNIA	R$ 8.136,10	0,26%
Total	**R$ 3.078.661,32**	**100,00%**

Desta forma, para amortização do déficit atuarial por meio de aportes periódicos de recursos, os valores das parcelas a serem repassadas pelos órgãos/autarquias ao FPS deverão corresponder à proporção estabelecida na tabela supra.

De qualquer sorte, tal insuficiência deve ser sanada de forma a atender às exigibilidades impostas pela legislação pertinente, especialmente à Portaria nº 1.467/2022, que dispõe sobre a emissão do certificado de regularidade previdenciária – CRP.

Sendo o que tínhamos para o momento, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Guilherme Walter
Atuário MIBA n° 2.091
Lumens Atuarial